

13 JUN 1986

Como assegurar que os bons ventos continuem

Os jornais estavam ontem cheios de notícias auspiciosas e positivas, para o Brasil, na área econômica. A principal delas, que fez as manchetes das páginas de economia, era a respeito do superávit comercial de maio — novo recorde —, que mostra que estamos mantendo com segurança e facilidade o ritmo de mais de um bilhão de dólares de superávit mensal, o que significa tranquilamente a ultrapassagem da meta de 12 bilhões de dólares de superávit em 1986.

A par disso surgem notícias também favoráveis da parte do chairman do comitê de negociação da nossa dívida externa, William Rhodes, para quem já neste ano os bancos particulares poderão reiniciar os empréstimos voluntários para o Brasil, desde que haja projetos interessantes e oportunidade para isso.

Internamente vários setores industriais e diversas empresas individuais, nacionais e estrangeiras estão-se mobilizando e anunciando programas de investimentos novos ou de ampliação dos existentes. O problema principal, nessa área, é exatamente um daqueles problemas que é ótimo a gente ter de enfrentar, ou seja, de como obter em tempo hábil, no mercado interno ou por compras externas, as máquinas e equipamentos de que nossa indústria vai necessitar para esse vasto movimento de retomada que se observa. O impulso e a disposição para investir parecem ser maiores do que a possibilidade material de concretizá-los a curto prazo, o que, evidentemente, cria dificuldades administrativas, porém muito mais saudáveis do que aquelas, ultrapassadas, resultantes da recessão e do desânimo.

O consumo interno continua registrando comportamento favorável, e os níveis de emprego registrados pelos institutos de pesquisa e de elevação do custo médio da mão-de-obra mostram que a economia toda está decididamente em fase de boom. Até mesmo na área rural a ênfase principal é no sentido de ampliar a atividade, aproveitando as novas e favoráveis circunstâncias de custo do crédito rural e de congelamento de preços de insumos agrícolas. Os investimentos em mecanização têm sido elevados e o negócio-jumbo, anunciado na semana passada, da compra de cem colheitadeiras pelo maior produtor brasileiro de soja, Olacyr de Moraes, foi, digamos assim, uma espécie de exemplo extremo do otimismo dos investidores rurais e fazendeiros.

No entanto, paradoxalmente, essa situação toda abriga um enorme potencial de retomada inflacionária, se não for competentemente administrada e contrabalançada por medidas de rigoroso saneamento financeiro do governo. Ao mesmo tempo em que nos avizinhamos de um período de expansão econômica talvez nunca experimentado ainda em nossa história — e os sinais são eloquentes — também bordejamos um quadro de possível perda de controle da situação e consequente retorno do fantasma que conseguimos exorcizar em parte.

O ex-ministro e atual deputado, Pratiní de Moraes, não está sendo alarmista quando observa que o Plano Cruzado está ameaçado por uma "pressão inflacionária fortíssima", que poderá resultar em 15 ou 20% ao ano, "índice extremamente elevado, tendo em consideração o desaparecimento da correção monetária".

Nestas circunstâncias, de extraordinária pressão de demanda, de um lado, e de desenvolvimento de tensões de custos, de outro — a principal delas configurada na forçosa elevação do salário real médio pela disputa de mão-de-obra em grande escala —, qualquer fator inflacionário remanescente do passado que tenha sobrevivido ao Plano Cruzado é extremamente perigoso e, portanto, inaceitável. E é claro que entre eles avulta o déficit público.

Por isso foi com satisfação que lemos as notícias divulgadas pelo Banco Central a respeito da desaceleração do ritmo de crescimento da base monetária, que em maio se teria expandido em 15,3%, contra os 35,3% de abril. Não sabemos em que proporção essa expansão da moeda serviu para satisfazer a necessidades de financiamento do setor público ou para atender ao crescimento da demanda de moeda por parte do público. O governo não está sendo muito preciso a esse respeito, mas a simples redução do volume global de expansão monetária pode indicar alguma redução também nas necessidades de financiamento do setor público, já que os depósitos à vista nos bancos continuam crescendo numa demonstração de que a demanda de moeda por parte do público não arrefeceu.

Pesou, ainda em maio, como fator expansionista, o total de Cz\$ 3,9 bilhões de repasses de suprimimento do Banco Central para o Banco do Brasil, a fim de atender ao crédito rural. A partir do mês que vem este fator expansionista deverá ter sido eliminado, uma vez que o Banco do Brasil só poderá atender à demanda de crédito rural com recursos próprios, dos seus depósitos à vista ou por ele captados.

"Daqui por diante vamos poder traçar uma política monetária para ser cumprida à risca" — diz o diretor do Banco Central, Luís Carlos Monteiro de Barros. Essa definição na área da política monetária, aliada à recusa do ministro Funaro a atender ao pedido do seu colega do Mirad, Dante de Oliveira, de mais recursos para a famosa reforma agrária, talvez denote que afinal as autoridades econômico-financeiras estão com respaldo político suficiente para pôr em prática uma atuação mais decisiva de contenção e redução do déficit público global.

Não estamos apostando definitivamente nisso, porque sabemos que um ano eleitoral pode impor desvios de linha, avanços e recuos, mais complicados e inesperados do que qualquer imaginação é capaz de prever. Todavia é importante que no quarto mês do Plano Cruzado as autoridades econômicas estejam, afinal, se movimentando, ordenadamente, na direção que tem sido considerada por todos os observadores como imperiosa, ou seja, de enxugamento criterioso, mas determinado, das contas do governo.